

Estatais à venda garantem investimento

BRASÍLIA — Há um pressuposto básico no modelo em vigor: a internacionalização da economia. Enquanto o país tiver ativos — leia-se empresas controladas por capital nacional — para vender, estaria assegurado o ingresso de recursos estrangeiros.

Esse é o pressuposto de uma nova tese, acolhida por alguns dirigentes do Banco Central, que subverte o que é importante e o que é irrelevante no balanço de pagamen-

tos. Por essa tese, o que determina a saúde das contas externas do país, hoje, é sua capacidade de atrair parte dos trilhões de dólares de capitais que giram pelo mundo. Ou seja, a conta de capitais. Se o país tem ativos, para, potencialmente, garantir esses capitais, continuará na rota do fluxo de dinheiro do mundo.

Estaria superada, assim, a visão tradicional de que as contas de comércio e de serviços (transações

correntes) é que induzem à captação de recursos externos que, ao final, vão cobrir os buracos do balanço de pagamentos. E, apoiados nesse argumento, representantes da área econômica têm relativizado o impacto do aumento do déficit comercial e do déficit de transações correntes.

Em fóruns como o Fundo Monetário Internacional, o parâmetro para medir a saúde do país estava em uma regra não escrita que limi-

tava em 3% do Produto Interno Bruto (PIB) o déficit em contas correntes aceitável. A partir desse limite, se acenderia o sinal vermelho. Na crise do México de dezembro de 1994, por exemplo, esse déficit chegou a 8% do PIB, mas o mais grave é que a revoada dos investidores pegou o país no contrapé, com pesada concentração de pagamento de dívida externa de curto prazo e nível baixo de reservas.